

A EVASÃO ESCOLAR DE PESSOAS PRETAS NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

José Wagner Gomes Bezerra¹

Simone Gomes Bezerra Pereira²

Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva³

RESUMO

Esta pesquisa teve por finalidade analisar a evasão escolar de pessoas pretas no cenário educacional brasileiro e sua relação com as desigualdades sociais. Buscou compreender os fatores que permeavam a evasão, partindo de uma contextualização histórica e crítica do fenômeno, no que concernia à dialética das desigualdades sociais no Brasil, evidenciando, no tempo e no espaço, a maior vulnerabilidade socioeconômica das populações de cor ou raça preta/parda. O estudo adotou uma pesquisa descritiva e exploratória, com uso de dados secundários e uma abordagem quantitativa, que foram extraídos de fontes como o IBGE e a PNAD. A análise esteve centrada nas desigualdades sociais por cor ou raça e foi realizada a partir da construção de um quadro composto por temas essenciais para o estudo das condições de vida da população brasileira, como trabalho e distribuição de renda, patrimônio, condições de moradia e educação.

Palavras-chave: Evasão Escolar, Ensino/aprendizagem, Desigualdades sociais, Vulnerabilidade socioeconômica.

INTRODUÇÃO

A evasão escolar entre jovens negros representa um dos problemas educacionais mais persistentes e complexos no Brasil. Esse fenômeno não pode ser entendido de forma isolada, pois está enraizado em processos históricos que moldaram as desigualdades sociais, econômicas e culturais do país. O legado da escravidão e a manutenção de estruturas excludentes continuam a limitar o acesso equitativo à educação. Como afirmam Santos e Nascimento (2022), a não permanência de jovens negros na escola reflete um sistema que perpetua antigas desigualdades raciais, não sendo meramente uma decisão individual.

Mais do que um simples abandono, a evasão escolar costuma expressar um processo de exclusão progressiva que ocorre dentro das próprias instituições de ensino,

¹Mestrando em Educação da Christian Business School-CBS, wagner.bezerra@outlook.com;

² Mestranda em Educação da Christian Business School-CBS, simonegomes5689@gmail.com;

³Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neide-silva96@hotmail.com.



onde antes de deixarem a escola, muitos estudantes negros enfrentam obstáculos pedagógicos, preconceitos e falta de apoio institucional, que vão minando seu desempenho e seu pertencimento ao espaço escolar. Ratusniak e Silva (2022) destacam que essa trajetória mascara um processo de exclusão sutil e estrutural, no qual o desempenho acadêmico insatisfatório precede a desistência, reforçando práticas racistas que permanecem naturalizadas no cotidiano escolar. Assim, a evasão não é um ato individual e repentino, mas o resultado acumulado de desigualdades estruturais.

Os dados oficiais confirmam a profundidade dessa disparidade. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) evidencia que, em 2023, apenas 61,8% dos jovens pretos e pardos concluíram o ensino médio, enquanto entre os jovens brancos o índice foi de 76,8% (IBGE, 2018; 2023). Essa diferença numérica revela mais do que uma desigualdade educacional: ela traduz desigualdades históricas e sociais que impactam diretamente as trajetórias escolares da juventude negra.

Diante desse cenário, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a evasão escolar entre pessoas negras no Brasil, buscando compreender sua relação com as desigualdades sociais que atravessam o sistema educacional. Especificamente, pretende-se examinar os fatores que alimentam esse fenômeno, considerando o racismo histórico, as práticas institucionais excludentes e a insuficiência de políticas públicas interseccionais capazes de promover uma permanência escolar efetiva.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou delineamento exploratório-descritivo, conforme a proposta de Gil (2008), por permitir compreender fenômenos sociais pouco estudados em profundidade, ao mesmo tempo em que descreve suas características. O estudo utilizou dados secundários provenientes de fontes oficiais, como IBGE e PNAD Contínua, o que possibilitou uma análise documental de caráter quantitativo. No entanto, seguindo Minayo (2001), os dados não foram tratados de forma isolada, mas articulados a uma interpretação qualitativa que considera a historicidade, a subjetividade e as contradições presentes na realidade social investigada.

Inspirados na perspectiva crítica de Libâneo (2001) compreendeu-se a escola



como organização social marcada por disputas políticas e pela reprodução de desigualdades, o que orientou a análise da evasão escolar como fenômeno estrutural e não apenas individual. Nesse sentido, a metodologia consistiu em três etapas: revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários e análise crítica a partir de categorias como trabalho, renda, moradia e escolarização.

REFERENCIAL TEÓRICO

RACISMO ESCTRUTURAL E EVASÃO ESCOLAR

O Brasil possui uma herança histórica marcada pelo escravismo e pela lógica patriarcal que consolidou desigualdades raciais e de gênero. Neste sentido para Santos e Nascimento (2022), o racismo não se manifesta isoladamente, mas em articulação com outras formas de opressão, como o machismo e o classismo, impactando diretamente os processos de exclusão escolar. E frente a essa herança histórica perpetua a marginalização de estudantes pretos e pardos, que continuam a enfrentar obstáculos no acesso e, sobretudo, na permanência no sistema educacional.

A permanência de preconceitos institucionais revela a ausência da perspectiva interseccional nas políticas públicas de educação. Segundo Santos; Nascimento (2022), a interseccionalidade permite compreender como raça, classe e gênero interagem na produção das desigualdades. Quando aplicada à educação, essa abordagem revela que a evasão escolar de pessoas pretas está associada à negligência estatal diante das especificidades dessa população.

Os dados da PNAD Contínua reforçam essa realidade, em 2023, a taxa de conclusão do ensino médio entre pretos e pardos foi de 61,8%, enquanto entre brancos alcançou 76,8% (IBGE, 2018; 2023). Essa diferença evidencia que, embora o acesso tenha se ampliado nas últimas décadas, a permanência e o sucesso escolar seguem atravessados pela desigualdade racial, resultando em maiores taxas de evasão entre estudantes negros.

Silva (2023) associa a evasão escolar ao conceito de necropolítica desenvolvido que foi estudado por Mbembe (2017) sob qual o abandono funciona como parte de um projeto político que seleciona vidas com valor social e descarta outras. Nesse sentido, crianças e jovens negros são empurrados para fora da escola, seja pela falta de políticas



públicas de permanência, seja pela criminalização de suas existências, perpetuando um ciclo de exclusão.

O capital cultural para Lima (2025) envolve neste escolha incidiria frente a escolarização de estudantes negros, dada suas trajetórias, principalmente em territórios sem estrutura de recursos do poder público. No entanto, os indicadores educacionais apontam que a população negra permanece em desvantagem, pois enfrenta taxas de analfabetismo duas vezes maiores em relação à população branca.

O CFESS (2020) ressalta que o racismo estrutural se expressa nas diferentes dimensões da enraizada “questão social”, que afeta a classe trabalhadora pobre, e impacta a família negra. Sob esta ótica, a evasão escolar deve ser interpretada como consequência dessa estrutura, que fragiliza a vida da população preta, pelo qual acaba como resultado final o abandono escolar e perpetuando as desigualdades de trabalho e desenvolvimento humano.

Assim, compreende-se que a evasão escolar de pessoas pretas não pode ser reduzida a questões individuais, mas sim entendida como fenômeno estrutural que combina heranças históricas, desigualdades sociais, racismo institucional e ausência de políticas públicas eficazes de enfrentamento.

DESAFIO ESCOLAR E EXCLUSÃO

A escola ocupa uma posição estratégica na reprodução ou no enfrentamento das desigualdades raciais, mas longe de ser um espaço neutro, ela atua como um terreno onde se expressam disputas simbólicas e materiais que refletem a estrutura social brasileira. Quando a escola não reconhece e enfrenta o racismo, acaba contribuindo para sua naturalização, o que afeta diretamente a permanência de estudantes negros. Nascimento e Crochi (2025) apontam que os discursos dos educadores oscilam entre reconhecer a presença do racismo, reduzi-lo a interações interpessoais ou simplesmente negá-lo.

Essa dificuldade de enfrentamento tem consequências concretas e mensuráveis. O exame de registros escolares de uma escola paulista revelou que, em 2016, a maioria dos alunos evadidos era preta ou parda (Nascimento; Crochi, 2025). Esses números reforçam a ideia de que o racismo, ainda que muitas vezes invisibilizado, atua como



Mais do que simples abandono, a evasão escolar frequentemente expressa um processo de expulsão simbólica e institucional. O racismo presente no ambiente escolar se combina com práticas pedagógicas excludentes e avaliações seletivas, resultando em trajetórias marcadas por repetências e desistências sucessivas. Ratusniak e Silva (2022) demonstram que, em escolas do Paraná, os estudantes negros apresentavam históricos de reprovação e desistência anteriores, revelando que o fracasso escolar antecede a evasão. Assim, abandonar a escola não é uma escolha individual espontânea, mas o desfecho previsível de um sistema que marginaliza determinados grupos desde as séries iniciais.

A ausência de práticas antirracistas consistentes dentro das escolas agrava ainda mais esse cenário. O CFESS (2018) já alertava para a urgência de combater o racismo em todas as esferas sociais, especialmente na educação. Quando a escola falha em promover ambientes acolhedores e políticas efetivas de permanência, ela contribui para o desengajamento dos estudantes negros, que passam a perceber esse espaço como hostil e pouco relevante para suas vidas. Essa percepção não surge de forma isolada, mas é alimentada por experiências cotidianas de discriminação, silenciamento e falta de reconhecimento.

Silva (2023) argumenta que a necropolítica aplicada à educação atua quando jovens negros, considerados descartáveis pelo sistema, enfrentam escolas que não oferecem suporte real para sua permanência. A combinação entre ambientes escolares excludentes e a pressão econômica leva muitos desses jovens a abandonarem a escola



para buscar alternativas de sobrevivência. Esse processo revela que a evasão não é um evento pontual, mas a ponta visível de um conjunto de exclusões entrelaçadas, que unem estrutura social, racismo institucional e omissão estatal.

INTERSECCIONALIDADE, GÊNERO E DESIGUALDADE

Compreender a evasão escolar apenas por recortes isolados de raça ou classe limita a análise da complexidade real do fenômeno. A experiência educacional de meninas e mulheres negras, por exemplo, é atravessada simultaneamente por diferentes sistemas de opressão que se sobrepõem e se reforçam mutuamente. A interseccionalidade, conceito elaborado por Crenshaw, permite evidenciar como gênero, raça e classe interagem na produção de desigualdades educacionais, revelando camadas de exclusão que passam despercebidas por políticas públicas universalistas. Santos e Nascimento (2022) enfatizam que a ausência dessa perspectiva aprofunda os índices de exclusão, especialmente no caso das meninas pretas, que enfrentam de forma combinada o racismo estrutural e o sexismo institucionalizado.

Essas opressões múltiplas não se expressam apenas de maneira simbólica, mas também moldam concretamente as trajetórias escolares. Muitas alunas negras abandonam os estudos não por desinteresse, mas porque são sobrecarregadas por tarefas familiares, como o cuidado com irmãos, filhos ou outros parentes. Nesse contexto, a evasão escolar deixa de ser um evento isolado e se revela como resultado de um sistema social que delega às mulheres negras responsabilidades domésticas precoces e desiguais.

Ao mesmo tempo, a escola nem sempre consegue funcionar como espaço de resistência a essas estruturas, reproduzindo silenciamentos e exclusões. O CFESS (2020) destaca que o enfrentamento do racismo deve articular outras formas de opressão, como machismo e LGBTfobia, que também atravessam a população negra. No ambiente escolar, isso implica adotar práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade, rompendo com currículos homogêneos e políticas disciplinares punitivas que penalizam desproporcionalmente as alunas negras.

As desigualdades tornam-se ainda mais evidentes quando se considera o território como dimensão analítica. Estudantes negros que vivem em áreas rurais enfrentam múltiplas barreiras para permanecer na escola. Além da discriminação racial



e das limitações de classe, encontram infraestrutura precária, longas distâncias e acesso restrito a serviços públicos. Lima (2025) observa que essa combinação de fatores cria um cenário em que as trajetórias educacionais ficam fragmentadas, dificultando a conclusão dos estudos e limitando as possibilidades de mobilidade social.

A perspectiva interseccional também ajuda a explicar por que políticas públicas universais, ainda que bem-intencionadas, nem sempre alcançam as populações mais vulnerabilizadas. Quando gênero, raça e classe são tratados de forma separada, as políticas se tornam incapazes de responder à realidade concreta das meninas e mulheres negras. Santos e Nascimento (2022) ressaltam que as ações governamentais costumam compartmentalizar essas dimensões, o que inviabiliza soluções efetivas para problemas que se manifestam de forma entrelaçada no cotidiano escolar. O resultado é a reprodução de desigualdades por meio de programas que, na prática, não reconhecem a complexidade da exclusão.

Os dados educacionais reforçam esse quadro, por exemplo a PNAD (2023) indicou que as mulheres pretas apresentam níveis médios de escolaridade significativamente inferiores aos das mulheres brancas. Essa diferença não é apenas um indicador técnico; ela reflete condições estruturais que limitam o acesso a oportunidades, impactando diretamente o mercado de trabalho e ampliando as desigualdades socioeconômicas. A baixa escolarização se converte em barreira para empregos formais e melhor remuneração, perpetuando um ciclo de exclusão que atinge gerações sucessivas e reforça a estratificação racial e de gênero no país.

POLITICAS E RESISTENCIAS DE ENFRENTAMENTO

Enfrentar a evasão escolar de pessoas pretas implica mais do que a simples expansão de programas educacionais; requer uma reconfiguração profunda das políticas públicas, ancorada no reconhecimento do racismo estrutural como eixo organizador das desigualdades. A evasão não pode ser lida como um fenômeno individual ou pontual, mas como manifestação de uma estrutura social que historicamente negou à população negra o acesso pleno a direitos fundamentais. Nesse sentido, as políticas de enfrentamento precisam romper com a lógica de neutralidade estatal e assumir explicitamente um compromisso antirracista. O CFESS (2018) sustenta que a luta



Negar o racismo, como alerta o CFESS (2020), é aderir à ideologia do embranquecimento, que silencia a luta histórica do povo negro e naturaliza hierarquias raciais. Essa negação impede que o Estado formule respostas coerentes à realidade de desigualdade, pois políticas supostamente universais acabam reproduzindo privilégios brancos. Por isso, políticas educacionais eficazes precisam assumir um enfoque antirracista, que vá além de declarações formais e se traduza em ações afirmativas consistentes, mecanismos de permanência e estratégias de enfrentamento das discriminações cotidianas que atravessam a experiência escolar de estudantes negros e negras.

A ausência de uma perspectiva interseccional reforça os limites dessas políticas. Quando raça, gênero e classe são tratados como dimensões separadas, as iniciativas públicas se tornam incapazes de alcançar os sujeitos mais afetados pela exclusão. Santos e Nascimento (2022) chamam atenção para o fato de que, sem a aplicação da interseccionalidade, as políticas educacionais permanecem ineficazes diante do entrelaçamento entre racismo, machismo e pobreza. O resultado é a exclusão sistemática de meninas pretas, que continuam a compor os grupos com maiores índices de evasão, não por falhas individuais, mas por estarem situadas no cruzamento de múltiplas formas de opressão.

Entretanto, experiências concretas de resistência mostram que trajetórias de sucesso não emergem do acaso, mas do fortalecimento de vínculos comunitários e da construção coletiva de redes de apoio. Lima (2025) observa que, entre estudantes negros do campo, conquistas educacionais estão diretamente relacionadas à capacidade das comunidades de mobilizar seu capital social e cultural, criando ambientes de apoio que compensam a negligência estatal. Essa constatação evidencia a importância de políticas que não imponham soluções homogêneas, mas que dialoguem com as especificidades territoriais, culturais e históricas das comunidades negras, reconhecendo nelas agentes ativos de transformação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A sistematização dos achados permitiu organizar a evasão escolar de pessoas pretas no Brasil em quatro categorias analíticas centrais: desigualdades estruturais, racismo institucional, interseccionalidade (raça, gênero e classe) e trajetórias sociais no campo e na cidade. A seguir, apresenta-se a Tabela 1, que organiza os principais fatores observados, em diálogo com os autores analisados:

Tabela 1. Achados sobre evasão escolar de pessoas pretas no Brasil

Categoria Analítica	Achados Empíricos	Referências
Desigualdades estruturais	Pretos e pardos apresentam menor taxa de conclusão do ensino médio (61,8%) em comparação aos brancos (76,8%). Taxa de analfabetismo duas vezes maior entre negros.	IBGE (2018; 2023)
Racismo institucional	Escolas negam ou minimizam a existência do racismo; evasão encobre processos de expulsão ligados a reprovações sucessivas e falta de suporte pedagógico.	Nascimento; Crochi (2025); Ratusniak; Silva (2022)
Interseccionalidade (raça, gênero e classe)	Meninas negras abandonam a escola por sobrecarga de cuidados familiares (41% dos casos). Ausência de políticas interseccionais nas políticas públicas educacionais.	Santos; Nascimento (2022); Ratusniak; Silva (2022)
Trajetórias sociais no campo e na cidade	Estudantes negros do campo enfrentam falta de infraestrutura e maiores taxas de analfabetismo (20,7%), reforçando exclusão.	Lima (2025); IBGE (2018)
Necropolítica e exclusão social	A evasão é interpretada como parte de um projeto de marginalização de vidas negras, consideradas descartáveis pelo sistema social e econômico.	Silva (2023); Mbembe (2017)

Fonte: Santos e Nascimento (2022), Nascimento e Crochi (2025), Lima (2025), Silva (2023), Ratusniak e Silva (2022), CFESS (2018; 2020), IBGE (2018; 2023).

A análise da primeira categoria, desigualdades estruturais, permite compreender



a evasão escolar de pessoas pretas como resultado de um longo processo histórico que entrelaça racismo e pobreza na formação social brasileira. A escola, longe de ser uma instituição neutra, opera dentro de uma estrutura desigual que condiciona as possibilidades de acesso e permanência de diferentes grupos sociais. Em 2023, a taxa de conclusão do ensino médio entre pretos e pardos foi significativamente menor em comparação à população branca, reafirmando a persistência de um padrão histórico de exclusão (IBGE, 2018; 2023). Essa realidade confirma a crítica de Santos e Nascimento (2022): políticas universais, ao desconsiderarem a interseccionalidade, acabam por reproduzir desigualdades em vez de superá-las, perpetuando a exclusão de estudantes negros em níveis estruturais.

Na segunda categoria, racismo institucional, emerge a contradição entre o discurso de igualdade da escola e as práticas cotidianas que, de modo explícito ou velado, reforçam hierarquias raciais. O ambiente escolar, ao minimizar ou negar a existência do racismo naturaliza práticas discriminatórias e desloca a responsabilidade da evasão para o indivíduo. Nascimento e Crochi (2025) mostram que muitos educadores interpretam o abandono como fruto de desinteresse pessoal, desconsiderando os mecanismos de exclusão produzidos pela própria instituição. Esses processos assumem formas de expulsão simbólica e institucional, travestidas de evasão voluntária, revelando como o fracasso escolar é fabricado internamente.

A interseccionalidade amplia esse diálogo ao evidenciar que meninas negras se encontram na confluência de múltiplas opressões, so a sobreposição de gênero, raça e classe e isso intensifica as barreiras educacionais colocando-as em situação de maior vulnerabilidade à evasão. Santos e Nascimento (2022) reforçam que a ausência de políticas educacionais aprofunda esse cenário. A evasão escolar dessas meninas não é apenas um dado estatístico, mas expressão concreta da sobreposição de opressões que limitam suas trajetórias educacionais e sociais.

Além disso, o território constitui um vetor fundamental para compreender as desigualdades educacionais, sendo essa disparidade ao indicar taxas de analfabetismo duas vezes maiores entre pretos e pardos em áreas rurais, revela que a desigualdade racial, territoriais, e de classe, combinam e são moldadas por uma rede estrutural que atravessa o espaço social, revelando como a lógica excludente se reproduz de maneira articulada e persistente na sociedade brasileira.



A necropolítica evidencia neste cenário que a evasão não é um processo neutro, mas um mecanismo de seleção social, ao funcionar como parte de um projeto político que decide quais vidas são investidas e quais são descartadas. Sendo por essa ótica, a escola ao falhar em garantir condições reais de permanência atua como espaço onde essa lógica de descarte se materializa, direcionada sobretudo contra populações negras e pobres.

Fatores econômicos, institucionais e simbólicos não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam em um movimento histórico que mantém populações negras em posição de desvantagem. A escola, em vez de romper com essas desigualdades, frequentemente se converte em espaço de sua reprodução, revelando o limite das políticas descontextualizadas e da retórica universalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a evasão escolar de pessoas pretas não é um fenômeno acidental ou fruto de decisões individuais, mas expressão concreta das contradições estruturais que organizam a sociedade brasileira. A escola, instituída formalmente como instrumento de emancipação e igualdade, revela na prática seu papel ambíguo: ao mesmo tempo em que abre as portas ao acesso, participa ativamente da reprodução das desigualdades raciais, sociais e econômicas.

Essa contradição embora a universalização do ensino tenha ampliado a entrada de estudantes negros no sistema educacional, as estruturas sociais que sustentam a pobreza, o racismo institucional e a ausência de políticas públicas efetivas continuam operando para expulsá-los. A escola, inserida numa ordem social marcada pela desigualdade, não atua isoladamente, mas reflete e reproduz os conflitos que atravessam a base da sociedade, convertendo-se em um espaço onde a luta por reconhecimento e sobrevivência se entrelaça com mecanismos de exclusão historicamente constituídos.

A incorporação de perspectivas interseccionais e práticas pedagógicas antirracistas é necessária, mas insuficiente se não estiver articulada a transformações mais amplas nas condições materiais de existência da população negra. Sem alterar a estrutura que produz a desigualdade, qualquer política educacional corre o risco de apenas administrar a exclusão, sem superá-la.



REFERÊNCIAS

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Informativo anual do Conjunto CFESS-CRESS**. Ano 4, n. 4, Brasília: CFESS, 2018.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes sociais no combate ao racismo**. Brasília: CFESS, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD COVID-19**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LIMA, Luciméa Santos. **Sucesso e fracasso escolar entre estudantes negros na educação do campo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 50, e133107, 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

NASCIMENTO, Patrícia Barbosa do; CROCHICK, José Leon. **O olhar da escola no processo da evasão escolar, permeado pelo racismo**. Revista Olhares, Guarulhos, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2025.

RATUSNIAK, Célia; SILVA, Carla Clauber da. **A expulsão escondida na evasão escolar: gênero, raça e fracasso escolar**. Revista Educação, Cultura e Sociedade, Cáceres, v. 12, n. 1, p. 1-20, 2022.

SANTOS, Francisca Kananda Lustosa dos; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. **Jovens meninas negras e a exclusão escolar: a ausência da interseccionalidade nas políticas públicas de educação**. Revista Humanidades e Inovação, Palmas, v. 9, n. 8, p. 111-128, 2022.

SILVA, Otavio Henrique Ferreira da; ALVES, Pauleana Cardoso de Matos. **Evasão escolar na educação básica e necropolítica**. SciELO Preprints, 2023.

